

RECURSO ESPECIAL Nº 1.771.389 - RS (2018/0265064-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : MARIA NOEMIA DE BARROS LUCENA
ADVOGADO : GABRIEL SILVEIRA NUNES - RS084173
RECORRIDO : CÍRCULO OPERÁRIO CAXIENSE
ADVOGADOS : MARTA ISABEL MAURER FRANZOI - RS052088
VANESSA PETRIN - RS080685

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 193, e-STJ):

Apelação cível. Seguros. Ação declaratória de exigibilidade de prestação de assistência médica cumulada com ação indenizatória. Plano de saúde. Negativa de cobertura. Dano moral. Não caracterização. A operadora de plano de saúde não pratica ato ilícito gerador de dano moral, por si só, ao negar a cobertura de determinado procedimento, baseada em cláusula, segundo sua interpretação contratual. Danos morais não comprovados. Apelo provido. Por maioria.

Não foram opostos embargos de declaração.

Em suas razões, a recorrente sustenta, em suma, que tem direito a ser indenizada pelos danos morais sofridos em razão da negativa de cobertura do procedimento pleiteado.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 254, e-STJ).

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 256/263, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O recurso não merece prosperar, em razão dos óbices das Súmulas 7 e 83 do STJ.

Com efeito, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o mero inadimplemento contratual não enseja a condenação por danos morais

(AgInt no AREsp 381.686/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 22/8/2017).

Nesse sentido, a recusa do plano de saúde em cobrir determinado procedimento médico não configura a hipótese de dano moral presumido – ou *in re ipsa* – razão pela qual se mostra indispensável a comprovação do efetivo prejuízo para que haja o dever de indenizar.

É necessário que exista, assim, uma consequência mais grave em virtude do ato que, em tese, tenha violado o direito da personalidade, provocando dor, sofrimento, abalo psicológico ou humilhação consideráveis à pessoa, e não quaisquer dissabores da vida.

Assim ficou consignado no voto vencedor (fl. 196 e fls. 201/202, e-STJ):

Nesse aspecto, em que pese a ocorrência de situação desagradável sofrida pela parte autora, não houve qualquer repercussão na esfera moral do consumidor, tratando-se apenas de mero transtorno involuntário que não alcançou o limiar necessário a justificar reparação pecuniária. No caso concreto de que ora se cuida, de fato não houve dano moral, restringindo-se à esfera da legítima discussão de cláusula contratual, do que não houve maiores sequelas ou prejuízos para o autor.

(...)

Entendo que, apesar dos argumentos trazidos pela parte autora, as dificuldades enfrentadas com o intuito de obter o cumprimento da cobertura prevista no plano de saúde, não constituem, por si só elementos suficientes a ensejar a indenização por dano moral. E isto porque, os dissabores sofridos não importam em abalo capaz de causar-lhe danos psicológicos de tal monta que possa ensejar a reparação a título de danos morais. A recusa na prestação de serviços não trouxe ao autor maiores consequências, eis que decorrentes da insatisfação de não ter o contrato de prestação de serviço sido prestado da maneira como pretendia. Entretanto, a ré o fez dada a interpretação (ainda que se possa entender equivocada) que fez da cláusula limitativa da cobertura.

Entende-se que a situação de fato, para gerar danos morais, deveria ter repercutido no patrimônio imaterial da autora de forma reflexa, o que não ficou demonstrado, conforme delineado pelo acórdão recorrido, sendo que a falha na prestação dos serviços por parte da ré significou, segundo o que consta dos autos, nada mais do que

meros aborrecimentos e dissabores.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Cumpre registrar que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora